

O custo Bolsonaro no preço dos combustíveis

A nova crise no Oriente Médio já começou a afetar o bolso da população em todo o mundo. O conflito envolvendo o Irã provocou uma disparada no preço internacional do petróleo. Em poucos dias, o barril do tipo Brent saiu da faixa de US\$ 70 para perto de US\$ 120.

Isso acontece porque a região concentra algumas das rotas marítimas mais importantes para o transporte global de petróleo, especialmente o Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% da produção mundial. Quando há risco de bloqueio ou interrupção dessas rotas, o mercado reage imediatamente com alta nos preços.

Gráfico. Preço petróleo tipo Brent (US\$ barril) - 2023 – 2026*



Fonte: IPEA, elaboração própria com *dados até abril/2026.

Mas o impacto não fica restrito aos combustíveis. O petróleo está presente em praticamente toda a cadeia econômica. Quando ele sobe, aumentam também os custos do transporte, dos alimentos, dos fertilizantes, do gás de cozinha e até de medicamentos. O resultado costuma ser inflação mais alta, juros elevados e desaceleração da economia.

No Brasil, porém, existe um agravante: o país ficou mais vulnerável a esse tipo de crise depois das privatizações realizadas no governo Jair Bolsonaro. A venda da BR Distribuidora e da Liquigás reduziu a capacidade do Estado de atuar diretamente na distribuição de combustíveis e gás de cozinha, justamente em um setor dominado por poucos grupos econômicos.

Hoje, poucas empresas concentram grande parte do mercado de combustíveis. No caso do gás de cozinha, quatro grupos controlam quase 90% da distribuição nacional. Isso aumenta o poder dessas empresas sobre os preços pagos pela população.

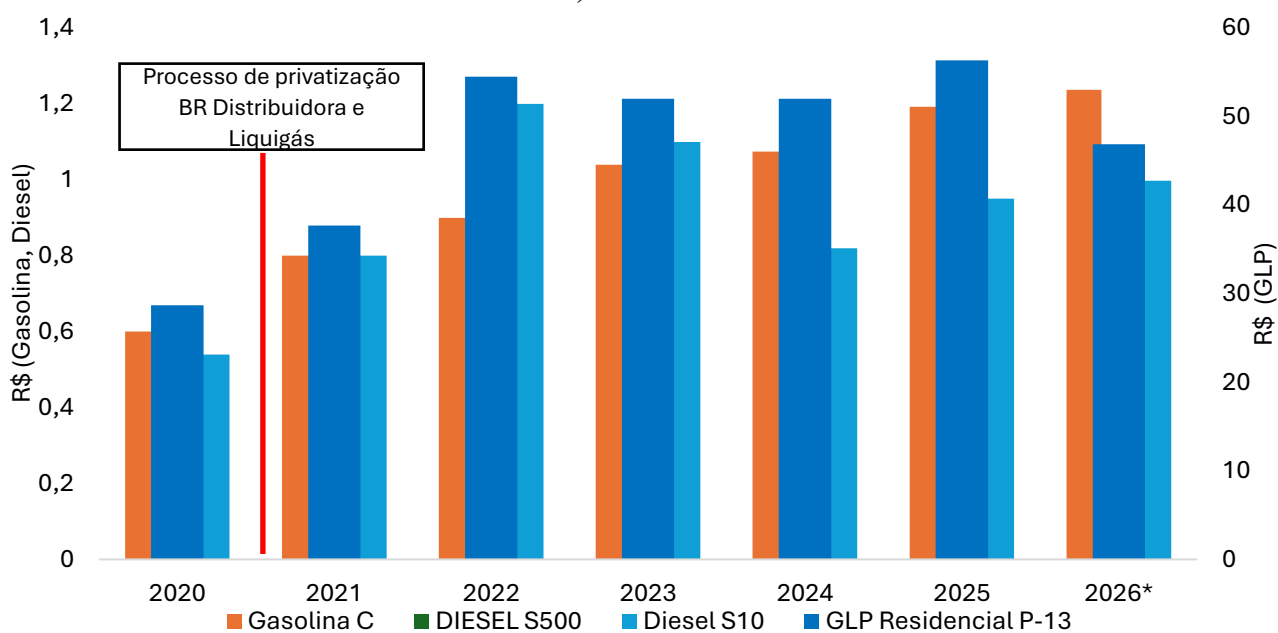
Na prática, o bolsonarismo manteve uma Petrobras direcionada somente à produção e exportação de petróleo cru como objetivo de aumentar sua lucratividade, especialmente

do pré-sal, onde o custo de extração é extremamente baixo, mas perdeu instrumentos importantes para coordenar melhor os preços ao consumidor. Ou seja: o país produz petróleo barato, mas tem menos capacidade de refino e distribuição nacional, o que poderia impedir que aumentos internacionais sejam repassados tão rapidamente para as famílias brasileiras.

Além disso, o Brasil ainda depende da importação de parte dos combustíveis que consome, principalmente diesel. Com a alta internacional do petróleo, essa dependência pressiona ainda mais os preços internos.

Os dados sobre a formação dos preços mostram que as margens de distribuição e revenda cresceram muito nos últimos anos. Segundo a ANP, a privatização da cadeia de combustíveis acrescentou, em média, cerca de R\$ 30 ao preço do botijão de gás, pelo menos R\$ 0,65 por litro da gasolina e aproximadamente R\$ 0,60 no diesel. Nos momentos de pico, a margem da gasolina chegou a superar em mais de R\$ 1 por litro o menor patamar praticado quando a BR Distribuidora ainda exercia papel estratégico no mercado.

Gráfico. Margem de revenda + distribuição na formação de preços de combustíveis, 2020–2026



Dados até 11/04/2026. Fonte: Ministério de Minas e Energia, elaboração própria.

A questão central, portanto, é: **qual seria o impacto sobre a renda das famílias brasileiras se o governo Bolsonaro não tivesse privatizado a BR Distribuidora e a Liquigás?**

Isso representa uma transferência bilionária da renda das famílias brasileiras para empresas privadas do setor. Só no caso do gás de cozinha, o impacto chega a cerca de R\$ 12 bilhões por ano retirados do orçamento da população.

Mesmo com as limitações criadas pelas privatizações, o governo federal adotou medidas para tentar reduzir os impactos da crise internacional, incluindo subsídios e ações de fiscalização para combater abusos na formação dos preços.

A crise atual expõe uma contradição da política energética adotada nos governos Temer e Bolsonaro. Enquanto o Brasil focou na capacidade de produzir petróleo cru, enfraqueceu os mecanismos públicos de distribuição e controle do mercado interno. Em momentos de instabilidade internacional, isso deixa o país mais exposto e reduz a proteção da renda das famílias brasileiras.

Por isso, fortalecer novamente os instrumentos públicos de planejamento, refino, distribuição e regulação dos combustíveis é uma ação estratégica do governo Lula não apenas para controlar preços, mas também para proteger a economia e garantir segurança energética ao país.